

SIMPÓSIO AT036

FAMÍLIA E “VIOLÊNCIA SIMBÓLICA” EM REUNIÃO DE FAMÍLIA, DE LYA LUFT

PORTO, Stephany Moure
Universidade Vale do Rio Verde - UNINCOR
e-mail: Stephanymoure@gmail.com

Resumo: O romance *Reunião de família*, publicado em 1982 por Lya Luft, trata do tema das relações familiares, evidenciando a trajetória feminina, muitas vezes condicionada à autoridade masculina (PEREIRA, 2017). O romance tem como personagem principal Alice, uma dona-de-casa pacata e submissa, que, ao ter que passar o final de semana na casa de seu pai, por ocasião de uma reunião familiar para tratar da saúde de sua irmã mais nova Evelyn, entra em crise ao lembrar do passado que vivera junto de sua família, ao narrar a violência paterna a que ela e seus irmãos foram submetidos. Nessa comunicação, originária de uma dissertação em desenvolvimento sobre o romance de Luft citado, associada à linha de pesquisa Literatura, História e Cultura, do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Vale do Rio Verde/UNINCOR, iremos analisar como Alice, a protagonista, ao se adequar as expectativas em relação aos papéis femininos no casamento e na família se violenta simbolicamente. Para tanto, iremos mobilizar o conceito de “violência simbólica” (BOURDIEU, 2012), estabelecendo uma relação com um dos principais Aparelhos Ideológicos do Estado, a Família (ALTHUSSER, 1980)

Palavras chave: violência simbólica; família; papéis femininos.

Abstract: The novel *Reunião de família*, published in 1982 by Lya Luft, deals with the theme of family relations, highlighting the female trajectory, many times conditioned to the masculine authority (PEREIRA, 2017). The novel has Alice as main character, a calm and submissive housewife, who, when spending the weekend at her father's house because of a family meeting about the health of her younger sister Evelyn, starts a crisis by remembering the past she had lived with them, by narrating the paternal violence to which she and her siblings were subjected to. Through this communication, originated from a dissertation in development about Luft's novel, associated to the line of research Literature, History and Culture, from the Master Program in BA of the Universidade Vale do Rio Verde/UNINCOR, we are going to analyze how Alice, the main character, by molding herself to the expectations in relation to female roles in marriage and in family, violates herself symbolically. For such, we are mobilizing the concept of “symbolic violence” (BOURDIEU, 2012), establishing a relation with one of the main Estate Ideologic Apparatus, the Family (ALTHUSSER, 1980)

Keywords: symbolic violence; family; female roles.

Alice casa-se ainda muito jovem, aos dezoito anos de idade, e procura constituir sua família dentro dos moldes tradicionais: “Por sorte casei-me com um homem menos exigente, que não é severo, apenas um pouco distante” (LUFT, 1982, p. 20). Ensinada a obedecer, de acordo com a criação paterna, figura extremamente rígida, a personagem reforça o lugar de submissão associado à mulher: “[...] fico feliz quando noto [que meu marido] que está contente comigo” (LUFT, 1982, p. 20).

O palco de atuação de Alice é sua casa, onde exerce suas funções de mãe e dona de casa, e, mesmo não satisfeita com esses papéis a ela destinados, obriga-se, por convenção social, a aceitar sua condição e se subordinar a essas imposições, ainda tão enraizadas nos discursos modernos.

A propósito do modo como Alice está condicionada ao exercício dos papéis tradicionais femininos, é possível pensarmos no conceito de “violência simbólica”, conforme tratado pelo sociólogo Pierre Bourdieu.

Em *A dominação masculina*, Bourdieu examina o inconsciente androcêntrico e as relações entre os sexos na sociedade Cabília, norte da África. A pauta de seu estudo sociológico consiste em analisar a dominação masculina. A essas relações de dominação vistas como aceitáveis e naturalizadas, Bourdieu denomina violência simbólica que, segundo ele, seria aquela caracterizada por uma:

[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2012, p. 08)

A “violência simbólica” ocorre, segundo o sociológico,

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação, ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de *conhecimento* são, inevitavelmente, de *reconhecimento*, de submissão. (BOURDIEU, 2012, p. 22, grifos do autor)

Nesse caso, para que esse tipo de violência exista é necessária uma relação entre dominantes e dominados, na qual o dominado toma o discurso da dominação para si, incorporando-o como natural.

No caso da “violência simbólica” associada à questão dos gêneros, Bourdieu chama a atenção para o fato de que

[...] as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. (BOURDIEU, 2012, p. 45)

Considerando o romance de Lya Luft, vemos que Alice, durante o romance, deixa clara essa internalização do discurso androcêntrico, tomando como natural seu papel de dona de casa submissa e acreditando que sua obrigação é ser uma boa mãe e esposa. Quando tem que sair de casa por um final de semana, teme pelo lar sem sua presença para a ordenação:

Sinto uma aguda saudade de minha casa. Meu marido e meus filhos estarão requentando sobras do almoço que deixei preparado desde ontem? Meu marido detesta comida esquentada; mas como não come senão pratos que eu mesma preparo, e não gosta de restaurantes, não havia outro jeito neste fim-de-semana. (LUFT, 1982, p. 103)

No romance *Reunião de família*, vemos, em várias passagens, a naturalização da rotina doméstica na vida de Alice, o modo como ela traz pra si todas as responsabilidades do lar e o cuidado com o marido e filhos, achando extremamente normal a divisão de papéis sociais: “Eu levarei minha vida comum, dona-de-casa, mulher que vive para a família, lida na cozinha, tira poeira dos móveis, anda na rua com sacolas de verduras, às vezes sofre de insônia, coisa perfeitamente normal”. (LUFT, 1982, p. 124).

Esta atitude de Alice, ao dizer “levarei minha vida comum”, é uma decisão consciente. É um desejo de domar os problemas da vida, da existência. Porém, a insônia, nos revela o contrário: um ser perturbado. Vemos um ser cindido entre o jogo de aparência *versus* essência.

O conceito de “violência simbólica” de Bourdieu está associado ao de ideologia, pois, em ambos, o poder é exercido através da introjeção de comportamentos, sendo naturalizado seu discurso por parte do dominado.

Segundo Marilena Chaui, a ideologia é “[...] é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados” (CHAUI, 2016, p. 86).

Neste sentido, Althusser observa que a ideologia é exercida, principalmente, pelo poder econômico e pela organização de uma superestrutura e uma infraestrutura. Ele aponta como o Estado apoia a ideologia das classes dominantes. Segundo o filósofo, são denominados Aparelhos Ideológicos de Estado “[...] um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1980, p. 43), tais como Igreja, Escola e Família, que “[...] funcionam de modo massivamente prevalente *pela ideologia*, embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica” (ALTHUSSER, 1980, p. 47, grifo do autor). Desse modo, as pessoas que sofrem a influência da ideologia dominante, através dos AIE (Aparelhos Ideológicos de Estado), tomam para si o discurso que nelas é introjetado por entenderem que esta é a ordem natural das coisas.

A Família funciona assim com um aparelhamento do Estado no que diz respeito às estratégias de dominação impostas pelas classes dominantes, estendidas estas para outras frentes de poder como Igreja e Escola, as quais legitimam o poder masculino e econômico e sua dominação.

Alice, ao longo do romance, revela seus medos disfarçados e submersos até então pela sua rotina doméstica. Sua casa é configurada de maneira diferente da casa paterna, sugerindo à personagem mais segurança: “[...] o medo subia pelas minhas pernas, medo das coisas ruins que aconteciam fora das minhas paredes e me ameaçavam” (LUFT, 1982, p. 74).

De acordo com Katia Freitag, “[...] a denúncia da personagem [Alice], que inicia pela falta de identidade de si mesma, integra na narrativa um ápice maior: denunciar a desintegração da família. [...] A personagem passa a declarar que nada na sua vida é o que parece, nem sua família” (FRAITAG, 2014, p. 52): “Que grande farsa representamos diante do espelho [...] estamos decadentes; estamos podres. Novamente tenho vontade de chorar” (LUFT,

1982, p. 56). Para Maria de Medeiros Costa, “As imagens refletidas no espelho vão revelar a ‘mentira’ das relações familiares” (COSTA, 1996, p. 65).

A primeira menção ao espelho é feita logo no início do romance, em suas primeiras linhas, sugerindo já a cisão entre o desejo de Alice e sua subordinação à vontade de outrem, no caso, o marido:

– Você acha que um dia a gente podia mandar colocar um espelho grande aqui na sala? – perguntei a meu marido antes de sair, remexendo na bolsa para ver se pusera tudo ali, dinheiro passagem de ônibus. Minhas mãos estavam frias.

– Espelho grande? Para quê? – Ele me encarou por cima dos óculos, baixou o jornal. Logo ia dormir a sesta, apenas esperava que eu saísse. Era tarde de sábado. Parecia admirado; acho que nunca me vira ter ideias extravagantes, devia considerar aquilo uma extravagância.

– Nada – respondi, já arrependida. – Foi só bobagem minha, uma vez li que dá impressão de mais espaço. A sala é pequena... – A sala é ótima assim. – Ele voltou a ler, ajeitou o jornal.

– Claro. Claro. Você tem razão... (LUFT, 1982, p. 09)

A cena não só nos revela a autoridade marital na formatação do desejo de Alice e a cisão existente entre as vontades dos dois, como o fato de que decisões da organização espacial da casa não são reportadas à mulher, como seria esperado no caso de uma família tradicional, como a construída pela narradora. Nesse caso, mesmo as funções de organização do lar são destituídas de Alice, que precisa se submeter à razão masculina.

Este trecho mostra que Alice não está confortável em sua casa, embora o marido esteja. Por isso, ele não vê necessidade de mudanças. Alice não se sente confortável com a configuração de seu lar; mesmo que ela tenha buscado este tipo de vida, ela tem medo de romper com essa suposta harmonia de um lar patriarcal. Podemos perceber que o conforto do lar de Alice é unilateral por ser apenas de ordem masculina.

Um dado importante na cena diz respeito ao fato de que o objeto de desejo de Alice deve ser comprado e, para isso, é necessário o dinheiro do marido, provedor da família. Mary Del Priore, a respeito dessa atribuição masculina em relação à família, aponta como esta foi assegurada pelos códigos civis brasileiros, ao postular a distinção entre os gêneros no que se refere ao casamento, visto que

[...] a mulher era considerada altamente incapaz para exercer certos atos e se mantinha em posição de dependência e inferioridade perante o marido. Complementaridade de tarefas, sim. Igualdade entre homem e mulher, nunca. Ao marido, cabia representar a família, administrar os bens comuns e aqueles trazidos pela esposa e fixar o domicílio do casal. [...] A ela cabia a identidade doméstica; a ele, a pública. (DEL PRIORE, 2006, p. 246)

Entender a trajetória feminina de Alice, em *Reunião de família*, corresponde a vê-la como esse tipo feminino que se subordina, aceitando ser controlada pelo pai (primeiro) e pelo marido (depois de seu casamento): “Troquei de dono quando me casei, fui para um proprietário menos exigente, menos violento – mas meu dono” (LUFT, 1982, p. 110). Isso porque, como destaca Cilene Pereira, a estrutura patriarcal convencionou o desempenho feminino atrelado à subordinação e à resignação:

[...] das mulheres espera-se subordinação e resignação diante das resoluções inquestionáveis da autoridade masculina. Essa autoridade foi assegurada pelo modelo de organização familiar patriarcal, no qual o homem (chefe de família) exercia seu poder regulador e disciplinador sobre todos os subordinados. (PEREIRA, 2011, p. 96)

Na citação do romance acima, a ideia de posse masculina é bem nítida, reportando à figura feminina como algo/objeto que pertence ao mundo dos homens. Por mais que a fala da personagem possa sugerir aceitação deste estado (e uma das Alices aceita isso), ela aponta, também, consciência sobre a posição feminina na esfera familiar, reduzida a um elemento secundário, em razão de sua história de sujeição, mas fundamental para a emergência do que podemos chamar de manutenção da “paz conjugal”.

No romance, Alice é colocada em uma função de denunciante a partir do momento em que surge como protagonista de uma vida inferiorizada, questionando os valores tradicionais marcados dentro do lar, extensão de uma sociedade patriarcal que condena a mulher a papéis domésticos. A vida, segundo Alice, é inventada, uma farsa que ela é obrigada a manter em nome das convenções sociais, mas que, ao mesmo tempo, a protege e dá segurança. “Tudo fantasia. Mais tarde habituei-me à minha vida doméstica e segura; fora dela, fico desamparada. Como um bicho que, despido da casca,

expõe um corpo viscoso e mole, onde qualquer caco de vidro no chão pode penetrar, liquidando essa vida rastejante” (LUFT, 1982, p. 15).

Sair de casa pode apontar a dificuldade de Alice em sair de seu mundo ordenado pelo trabalho doméstico. Logo no início do romance, a protagonista afirma: “Quando saio da rotina é sempre isso, o estômago parecendo um vácuo, as mãos geladas e úmidas; essas mãos ásperas de trabalhar, cheirando a cozinha” [...] (LUFT, 1982, p. 12).

A narradora apenas vive uma ilusão de segurança no seu lar, pois o configurou de forma que nada saia de seu controle. A casa em que ela vive não se pode dizer que é aprazível, aconchegante, segura, etc. A ilusão que Alice cria cai por terra, em algumas passagens do romance: “Muitas vezes na vida me queixei do trabalho, da rotina; lavar, passar a ferro, limpar, cozinhar, varrer... Como gostaria agora de enfiar um avental e meter as mãos num tanque cheio de espuma; descascar cebolas e ter nos olhos outras lágrimas” (LUFT, 1982, p. 81). Aqui, percebemos o quanto o lar atual de Alice é uma farsa. A conotação negativa na expressão “me queixei” mostra sua não aceitação ao ter que cumprir tarefas domésticas a fim de que seu lar seja configurado dentro dos moldes da sociedade vigente.

Na passagem seguinte, podemos ver, claramente, o não pertencimento de Alice no seu lar atual, pondo em xeque o ideal que ela quer demonstrar de verdade familiar: “Agora, pensando em minha casa, de que não deveria ter-me afastado, sinto-me tão alheia a eles como se fossem irreais; não passam de figurinhas correndo longe, tento chamar, mas já não me ouvem” (LUFT, 1982, p. 22). Os termos “irreais” e “figurinhas” denotam a composição ilusória do lar de Alice. Há, nesse sentido, a expressão de uma duplicidade, na qual Alice tenta se adequar ao seu “destino de mulher”, aceitando-o como algo natural – daí o exercício da “violência simbólica” – ao mesmo tempo que mostra essa realidade e esse espaço social como insatisfatórios. A imagem que resume essa duplicidade da personagem é o espelho, no qual se reflete também a farsa familiar.

Com o casamento, Alice afirma a renúncia de suas aspirações da meninice, abrindo mão de si mesma, do que ela almejava, em prol de uma fuga das mãos severas do Professor e de uma constituição familiar diferente do que

vivenciou na sua infância. “Desisti de estudar, resolvi ser uma boa dona-de-casa” (LUFT, 1982, p. 35).

Alice, aceitando seu “destino de mulher”, configura seu casamento baseado nos preceitos da sociedade patriarcal, em que a mulher tem a responsabilidade de gerir um lar saudável e feliz e que o amor deve ser domesticado. Portanto, o “amor” que ela sente pelo seu marido nos deixa clara a subordinação e a falta de sentimento verdadeiro, transformando o casamento em mera convenção social.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1980.

BOURDIEU, Pierre. Introdução; Uma imagem ampliada; Anamnese das constantes ocultas. *A dominação masculina*. 10. ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 6-67.

COSTA, Maria Osana de Medeiros. *A mulher, o lúdico e o grotesco em Lya Luft*. São Paulo: Annablume, 1996.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia?*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 125 p.

DEL PRIORE, Mary. Da modinha à revolução sexual. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 230-315.

FRAITAG, Katia. *Configurações do desejo em As parceiras, A asa esquerda do Anjo e Reunião de família, de Lya Luft*. 2014. 116f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Tangará da Serra, 2014. Disponível em: <<http://portal.unemat.br/media/files/KATIA-FRAITAG.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2017.

LUFT, Lya. *Reunião de família*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PEREIRA, Cilene Margarete. Memórias da família (e da violência): algumas considerações sobre a narrativa brasileira contemporânea. In: PORTO, Ana Paula Teixeira; PEREIRA, Cilene Margarete (Org.). *Memória e discurso(s): representações literárias e linguísticas nos séculos XX e XXI*. Frederico Westphalen: URI, 2017, p. 163-171.